

**Ata n.º 112 / XIII / 3.ª SL**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2018, pelas dez horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

**Ordem do Dia:**

1. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.**
  2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, por requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre a situação da Base das Lajes, nos Açores.**
  3. **Informações gerais**
  4. **Outros assuntos**
- 

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No primeiro ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros**, após os esclarecimentos prestados sobre a grelha de tempos.

O Senhor **Ministro** cumprimentou os Senhores Deputados presentes e iniciou a sua alocução referindo que, do ponto de vista da política económica, é importante conciliar duas frentes *i.e.* o desenvolvimento da economia externa e a consolidação orçamental, sendo que, no âmbito das exportações, houve um crescimento no ano de 2017 de 11%, face ao ano anterior, tendo superado os 84 milhões de euros. Neste âmbito, embora o turismo seja o setor mais importante existem outras rubricas principais que combinam bens e serviços, havendo uma subida na escala de valor das exportações no setor da metalomecânica e automóvel, sendo estes, dos mais importantes no âmbito das

exportações, ao invés, dos setores mais tradicionais. Referiu a capacidade de adaptação da economia portuguesa a variáveis exógenas, sendo os mercados mais importantes para a exportação de bens e serviços os países europeus, EUA e Brasil e Angola e o contributo do *IDE* registou um crescimento superior a 300 milhões de euros, valendo 63% do PIB. Estes dados demonstram existir um ciclo positivo que deve ser aproveitado, de forma a, transformar-se num *continuum* estrutural. Para tanto é necessário reforçar a diplomacia económica para superar barreiras alfandegárias e estreitar a cooperação económica referindo como mercados prioritários a Índia, Canadá, Japão e México no âmbito dos Acordos Comerciais celebrados pela EU e as próximas visitas a realizar a países como a França, Bélgica e Alemanha.

Terminada a intervenção inicial do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Rubina Berardo (PSD)**, a qual cumprimentou o Senhor **Ministro**, saudando o papel importante que as exportações estão a desempenhar na alavancagem da economia, referindo que esta caminhada teve o seu início no governo anterior. Sobre o papel da diplomacia económica, destacou a recente visita do Senhor Ministro à Rússia, questionando sobre o estado em que se encontram as relações económicas, tendo em conta, o quadro de sanções aplicadas à Rússia e, uma vez que, este é o principal abastecedor de petróleo a Portugal, questionando também sobre se foi feita alguma referência à situação na Síria.

Em seguida, tomou a palavra o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, cumprimentando o Senhor **Ministro**, começando por fazer referência à nomeação de Sampaio da Nóvoa para embaixador de Portugal junto da UNESCO, considerando que esta nomeação não pode ser dissociada de uma entrevista dada pelo visado, em janeiro de 2018, na qual dizia reponderar a sua candidatura a Presidente da República, situação pela qual, questionou sobre se a nomeação serviria o propósito de evitar essa recandidatura. Referiu também, ter visitado, recentemente, a Venezuela, entendendo ser fundamental que Portugal tenha uma intervenção ainda mais forte naquele país, para além da intervenção em conjunto com a EU, pondo a tónica no funcionamento dos postos consulares e no relacionamento diplomático com aquele país.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Sobre a Rússia, precisou, no plano multilateral, ser este o terceiro encontro com Sergei Lavrov, mencionado que Portugal procura manter uma relação

diplomática estreita com todos os países que compõe o Conselho de Segurança das Nações Unidas. No plano bilateral, referiu o Acordo técnico e científico, assinado em 2015 e em fase de ratificação, registando-se um aumento do turismo proveniente da Rússia e o aumento exportações para aquele país, enfatizando que, o quadro de sanções tem sido respeitado, não obstante existir espaço para progredir no domínio económico. Sobre a Síria esclareceu na imprensa querer conhecer o posicionamento da Rússia no Médio Oriente, em especial na Síria, e na Venezuela. Sobre Sampaio da Nóvoa, esclareceu que o mesmo foi nomeado pelas razões já indicadas dando garantias da realização de um bom mandato, uma vez que, Portugal ocupa a vice-presidência, sendo necessário dinamizar a ação da Unesco. Por fim, agradeceu ao Senhor Deputado, o tom e as palavras proferidas aquando da sua deslocação à Venezuela, referindo que Portugal está disponível para cooperar numa solução, desempenhando um papel relevante no âmbito das reuniões no Conselho porque conhece bem a realidade venezuelana.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, o qual cumprimentou o Senhor **Ministro**, declarando, antes de mais, a solidariedade do GPPS com a posição assumida pelo Governo e as declarações do Senhor Ministro de indignação pela repetida violação do cessar-fogo na Síria, acrescentando que ninguém pode ser indiferente à barbárie que lavra naquele país, nomeadamente, a banalização do uso de armas químicas. Referiu as duas novas vertentes de intervenção da política externa portuguesa que o Senhor Ministro anunciou no Seminário Diplomático, a internacionalização e o multilateralismo, para questionar o Sr. Ministro sobre o seu alcance, em particular da vertente da internacionalização. Assim, sobre o programa internacionalizar que, no entender do Grupo Parlamentar, vem consolidar a estratégia que tem vindo a ser seguida pelo Governo, registando mais de 2 mil milhões de projetos acompanhados pela AICEP, questionou sobre se já existem resultados sobre a concretização dos objetivos traçados no referido Programa. Referiu também a importância do aumento do peso do IDE sendo os projetos mais emblemáticos nas áreas de tecnologia e captação de RH. Questionou ainda sobre o alcance da segunda vertente, i.e., o programa de ação externa cultural, no âmbito do qual está previsto o aumento do número de ações.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro**

para responder, referindo que partilha as preocupações sobre a Síria, destacando como positivo, o acordo alcançado nas Nações Unidas. Agradeceu a menção à sua intervenção no Seminário Diplomático, referindo as duas orientações, ponto de vista interno e externo, sendo que neste último, existe uma dinâmica geral de projeção da imagem de Portugal e de abertura da economia ao exterior, referindo a título de exemplo o lançamento do *Air Centre e a Web Summit*. Lembrou que há portugueses a residir em 178 países diferentes, existindo postos diplomáticos em 145 desses países, e a rede Camões em mais de 80, estando o programa ação cultural externa presente em 81 países, nos cinco continentes, constituindo este o principal ativo de Portugal no exterior. Fez, ainda menção, à perícia de Portugal em missões de paz no âmbito da NATO, UE e Nações Unidas, ao investimento francês e alemão na área industrial, aos centros partilhados de serviços e de competências nas áreas da eletrónica, automóvel, farmacêutica e química.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, o qual cumprimentou o Senhor **Ministro**. Lembrando qual o regime político que vigora na Guiné Equatorial, referiu a possibilidade de aplicação da pena de morte a ativistas políticos e a existência de provas forjadas contra um cartoonista, questionou sobre qual é a posição do Governo sobre a situação, tendo em conta que, a CPLP é considerada um ativo estratégico para o posicionamento de Portugal no exterior. Outro aspeto que chamou à colação foram as declarações proferidas recentemente pelo encarregado de negócios em São Tomé e Príncipe, o qual referiu que a CPLP não está a cumprir os objetivos traçados por falta de orientação estratégica, sendo Portugal percecionado como um mero intermediário das vontades da UE na cooperação para desenvolvimento. Nesta medida, conclui estarmos perante um cenário negro.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Contradiu o entendimento de que o encarregado de negócios tenha referido que Portugal se limita a reproduzir a posição da EU. Relativamente à Guiné Equatorial, Portugal espera que sejam cumpridas as regras do estado de direito, não concordando com o atual estado de coisas, uma vez que, tendo já ratificado os estatutos da CPLP, assumiu os compromissos de abolição da pena de morte e de abolição da pena de morte e de ensino da Língua Portuguesa. Foi pedida informação sobre o caso relatado pelo Senhor Deputado e a informação que foi obtida é a de que a aplicação da

pena de morte não terá lugar. Lembrou que a CPLP tem sido um instrumento poderoso para reforçar o estado direito e projetar a Língua Portuguesa, assim como, foi útil na causa timorense e na cooperação entre os seus Estados-membros, sendo um objetivo estratégico de Portugal na cena externa.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**, o qual cumprimentou o Senhor **Ministro**. Considerou a sua intervenção inicial a mais interessante até ao momento, saudando a passagem do quadrilátero ao hexágono, referindo que o seu Grupo Parlamentar sublinha e regista que o reconhecimento da internacionalização na definição da política externa. Frisou que tal deveria ter sido reconhecido mais cedo. Relativamente aos países onde as economias terão um maior crescimento nos próximos anos, segundo dados do *The Economist*, questiona sobre se a rede de delegações da AICEP será reforçada nesses países. Tendo em conta o discurso proferido pela Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação na 37<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, questionou sobre qual é a avaliação que o Governo faz sobre as denúncias de massacres de minorias na Síria. Finalmente, Portugal vai nomear um novo secretário executivo da CPLP, pelo que, questiona qual será o perfil e de que forma vai lidar com questões tais como o estado de direito e a segurança energética.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Esclareceu que a rede de delegações da AICEP tem vindo a aumentar mas não basta abrir delegações é preciso selecionar pois nem todos os países são relevantes. Sobre o mandato português informou que já foi publicado um livro que faz a avaliação do exercício em cargos internacionais, saldando-se pelo cumprimento objetivos a que Portugal se propôs, pelo reforço dos direitos económicos e culturais e pela construção de pontes. Portugal deverá propor um novo secretário executivo da CPLP, cujo nome deverá ser consensual entre todos os Estados-membros, encontrando-se o Governo a fazer diligências nesse sentido.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, o qual cumprimentou o Senhor **Ministro**, referindo que a evolução económica de Portugal é positiva, apesar de não ter impacto nos problemas estruturais, sendo que, apesar da reposição de direitos e rendimentos ter tido um impacto positivo,

Portugal não pode controlar a conjuntura externa. Sobre a capacidade de responder a variáveis exógenas, referiu que, desde a introdução do euro, o crescimento económico estagnou. A evolução do IDE levou, nomeadamente, à tomada de posição de empresas estrangeiras em Portugal, tal como aconteceu com a Portugal Telecom, em setores estratégicos e o regresso da especulação imobiliária. Questionou sobre se faz parte das prioridades da CPLP, a participação das forças armadas dos Estados-membros em missões coletivas, tal como, referido na visita recente a Moçambique, pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional. Questionou sobre o financiamento dado à implementação do acordo ortográfico.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder, referindo a necessidade de mais investimento na implementação do acordo ortográfico e informando que Portugal tem antecipado pagamentos à CPLP. Referiu também que o Senhor Ministro da Defesa Nacional discutiu com as autoridades de Moçambique a participação das forças armadas em missões internacionais, através do contingente português. Essa participação far-se-á através da formação e capacitação institucional em missões de paz. Por fim, referiu que a reposição de direitos e rendimentos é um elemento importante de dinamização da procura interna, referindo que a amortização da dívida pública é uma forma de a economia portuguesa defender-se face a flutuações da economia internacional e outra é participação de Portugal nos processos de decisão da UE.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro** foi dado início à segunda ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Intervieram o Senhor Deputado **Carlos Gonçalves (PSD)** para referir que o prazo limite previsto para a limpeza das matas não foi suficientemente divulgado junto das comunidades portuguesas e que as dificuldades no atendimento nos postos consulares no Brasil e Reino Unido se mantêm, havendo falta de recursos humanos, e espaço cidadão em França e no Brasil têm problemas de funcionamento.

A Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** interveio fazendo referência às Cimeiras dos Países do Sul e aos resultados que têm alcançado em matérias de governação económica, mas também relacionadas com a crise dos refugiados e proteção de fronteiras no Mediterrâneo. Neste contexto, questionou o Senhor Ministro acerca dos

planos de parceria da U.E. com diversos países terceiros (Mali, Níger, etc.) nomeadamente a cooperação de Portugal para a implementação destes planos, e como se processará o seu financiamento no quadro pós 2020. Sobre as questões de segurança no Mediterrâneo, mencionou a presença cada vez maior da Rússia na região sob o pretexto da intervenção na Síria. Questionou o Senhor Ministro sobre a posição do governo português e a capacidade de participação, seja nas missões da NATO seja nas da U.E.

. Posteriormente, a Senhora **Deputada Maria Rola (BE)**, para referir que as décadas de desinvestimento na rede consular agudizou as desigualdades dos trabalhadores periféricos face aos trabalhadores que exercem as suas funções no território português, nomeadamente no descongelamento da progressão nas carreiras e no pagamento dos subsídios de refeição, na progressão dos professores inseridos da rede EPE, na situação das 40 horas de trabalho semanal, questionando sobre serão integrados no processo de regularização de precários dos call centre em Londres e sobre a falta de condições de trabalho em alguns postos consulares, referidas num relatório de inspeção aos postos consulares. O Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)** para referir que o seu Grupo Parlamentar recebeu a família de Américo Sebastião, questionando sobre quais foram as diligências tomadas e qual o apoio prestado à família, atendendo à delicadeza do assunto e, questionou também sobre para quando está prevista a certificação digital da plataforma Português mais perto, atendendo ao facto de ter sido inaugurada em 2017 e até ao momento, existirem apenas 580 alunos inscritos. Por fim, o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, referindo a posição do seu Grupo Parlamentar sobre o acordo ortográfico e questionando sobre quais foram as diligências tomadas para a regularização da situação dos trabalhadores precários ao serviço dos postos diplomáticos e o descongelamento da progressão nas carreiras. Referiu o atraso na entrega dos manuais aos alunos portugueses no estrangeiro e questionou sobre quais as garantias oferecidas na melhoria das condições de mobilidade dos professores que ensinam a Língua Portuguesa no estrangeiro no acesso a concursos do ministério da educação.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Sobre a Cimeira Informal MED 7 informou que a mesma permitiu concertar posições em áreas fundamentais tais como a área económica e financeira e as migrações. Referiu que a posição de Portugal sobre esta última matéria é a de que é irracional do ponto de vista económico e humanitário erguer barreiras à

sua entrada. Referiu que a fronteira de segurança nacional vai da Mauritânia ao golfo de Bengala sendo, por isso, necessário cooperar com os diversos países, através das operações SOPHIA, da NATO e do estímulo ao G5 para a capacitação da segurança nessa região. Referiu que foram admitidos 240 funcionários e que o descongelamento da progressão nas carreiras está curso. Sobre a situação de Américo Sebastião, referiu que está ser acompanhada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo recorrido a todos os contactos em todos os níveis.

Tomou, em seguida, a palavra o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para referir que o número de atos consulares tem vindo a aumentar, consequência do aumento dos recursos humanos nos postos consulares, sendo exemplo disso, o Reino Unido, onde foram alocados 15 novos funcionários. Referiu que para o espaço cidadão no Brasil foram pedidos 15 serviços diferentes da Administração Pública. Referiu que a negociação com sindicatos tem sido integrada pelo ministério das finanças, sendo prioridades o índice de poder de compra e a integração dos motoristas. Quanto aos professores, o facto de optarem por um regime fiscal favorável fá-los abdicar da possibilidade de participar nos concursos do Ministério da Educação., pelo que, deve ser esclarecido pelos trabalhadores e sindicatos qual a opção que pretendem. Sobre o estatuto dos professores revisão do regime jurídico permitiu a obtenção de estabilidade pelo fim do limite de prorrogações das comissões de serviço.

Terminada a segunda ronda, foi dado início à primeira terceira ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Tomaram a palavra o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, para referir que os alunos brasileiros que se inscrevem em universidades portuguesas, estão a ter dificuldade em obter a concessão de visto de entrada em Portugal porque os pedidos são concentrados nos meses de junho, julho e agosto, altura em que o funcionário diplomático se encontra de férias, não conseguindo o posto consular dar vazão aos pedidos efetuados. Os cidadãos que estão a deixar a Venezuela estão a dirigir-se para o Brasil, mais concretamente à cidade de Boavista, na fronteira, não possuindo esta cidade representação diplomática. A Senhora **Deputada Maria Rola (BE)**, para referir a desigualdade que existe entre os professores portugueses a lecionar no estrangeiro, em relação àqueles que o fazem em Portugal, no exercício da licença de maternidade, uma vez que, estão limitados no gozo de férias e na redução de horário. O Senhor



**Deputado Paulo Neves (PSD)** para referir a falta de reconhecimento em Portugal, de diplomas obtidos na Venezuela e questionar sobre a pressão exercida pelo Governo Português junto de Sergei Lavrov em relação à situação na Síria. O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, para referir a dificuldade de transladação de portugueses falecidos na Suíça, questionando sobre se o Governo pondera disponibilizar meios de apoio para custear despesas deste género, nomeadamente, recorrendo ao apoio social. O Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, para lembrar a necessidade de reforçar a divulgação juntos dos postos consulares sobre o prazo para a limpeza das matas. Por fim, o Senhor **Deputado António Ventura (PSD)** para referir que nas negociações da EU sobre o acordo com o Mercosul foi anunciado a concessão a entrada de 99 mil toneladas de carne bovina no mercado europeu, situação que prejudica os produtores e os cidadãos portugueses, uma vez que, naqueles países as preocupações sanitárias são inferiores às exigidas no espaço europeu.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Referiu que Portugal expressou a sua posição de Portugal junto de Sergei Lavrov. Sobre o Mercosul, referiu que esta é a última fase de negociação técnica, constituindo o Brasil o país que mais exigências apresentou. A posição de Portugal é a de que o acordo se realize, por razões geopolíticas e que, dessa forma, se quebre a corrente negativa que ocorreu com o TTIP. Considera que a Europa tem capacidade de absorção desse excedente, sendo muito importante o derrube de barreiras alfandegárias para produtos como o azeite, porque este corresponde a metade das exportações para o Brasil.

Tomou, em seguida, a palavra o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**. Referiu ter havido um incremento na concessão de vistos para estudantes no Brasil, existindo um programa conjunto com a Secretaria-Geral do Ensino Superior para inscrever nos objetivos de internacionalização, a concertação entre estes, o MNE e do SEF, para permitir o intercâmbio de estudantes para dentro e para fora de Portugal. Referiu que o Comissário Europeu para a Proteção Civil vai visitar a Venezuela e foi feita uma consulta aos consulados para perceber onde se regista um maior aumento de cidadãos luso-descendentes provenientes da Venezuela, sendo o Panamá o país onde houve o maior aumento. Em Espanha também houve um aumento registado nas secções consulares de Madrid, Vigo e Sevilha. Referiu que os relatórios de inspeção aos postos diplomáticos assinalam lacunas mas também assinalam a melhoria havida

na qualidade dos serviços. Referiu que nas áreas de Direito, Arquitetura e Medicina, o reconhecimento de diplomas obedece às regras impostas pelas ordens profissionais e sobre a limpeza de terrenos, os proprietários estão a ser notificados pelas finanças, por via eletrónica.

Terminadas as intervenções de ambos, o Senhor **Presidente** deu por finda a primeira parte da reunião.

No segundo ponto da ordem do dia, o Senhor **Presidente** deu a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para apresentação do requerimento do seu Grupo Parlamentar. Sobre a Base das Lajes, referiu que o seu Grupo Parlamentar pretende conhecer em detalhe os desenvolvimentos que este *dossiê* tem tido, uma vez que, têm saído notícias sobre um paraíso tóxico na Ilha Terceira, sendo tais notícias *fake news*. Não obstante, tendo sido criado um injustificado alarme social, importa haver um esclarecimento dos cidadãos, sendo urgente a limpeza das áreas que foram identificadas como contaminadas por questões de saúde pública e de qualidade ambiental. Nessa medida, solicitou ao Senhor Ministro que esclarecesse sobre a existência de um risco atual para população da Ilha da Terceira e para quem a visita, e se existe um risco futuro. Afirmou ser necessário esclarecer que a contaminação por carbonetos constitui um risco localizado e não um risco geral, não existindo um risco para o consumo público de água. Não obstante, é necessário garantir que todas as medidas de descontaminação são levadas a cabo. Portugal é um país seguro e o arquipélago dos Açores também, pelo que questiona sobre quais são os desenvolvimentos e quais as medidas do Governo para tornar mais transparente este processo, nomeadamente, ao nível dos mecanismos de descontaminação a implementar e qual o calendário a adotar. Por fim, no plano económico, questionou sobre quais foram os desenvolvimentos havidos no âmbito da reunião da Comissão Bilateral Permanente.

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Referiu existirem desenvolvimentos positivos em relação à criação do *Air Centre* e ao papel dos portos açorianos. Sobre a Base das Lajes referiu existir cooperação nos capítulos laboral e de infraestruturas. Sobre estas, foi firmado o acordo de devolução de infraestruturas que possam ter usos alternativos, tais como o complexo

habitacional e a escola. Houve um avanço significativo no plano abrangente de ordenamento das infraestruturas dentro da Base. Sobre a questão ambiental e a qualidade da água, o LNEC garante que as análises comprovam que a qualidade da água distribuída à população na Praia da Vitória é boa. Sobre a descontaminação dos solos existe uma nova atitude por parte dos EUA, espelhada na declaração final. No sítio 3001, a evolução depois de trabalhos realizados é positiva e os EUA decidiram realizar trabalhos em sítios onde até aqui não havia acordo. O ponto de situação de 23 locais é o de que não apresentam nenhum problema, dos 18 restantes, em dois deles a descontaminação já foi concluída. Dos restantes, destaca-se o sítio 5001 onde os EUA já assumiram a necessidade de medidas. Quanto aos outros 14, os EUA reconhecem a necessidade de reanalisar. Desses, 9 serão reanalisados pelo LNEC. Sobre as denúncias efetuadas pelos cidadãos, nomeadamente, o derrame do oleoduto do cabrito, todas elas estão a ser analisadas. Finalmente, não existe informação suficiente que permita identificar um problema nesta área de aumento incidência cancro porque a informação obtida junto do centro de oncologia dos Açores não demonstra uma prevalência naquela área face à globalidade. Referiu que está em curso na Universidade dos Açores um estudo aguardando o Governo os respetivos resultados para poder intervir. Nessa medida, é necessário estar atento mas não entrar em campanhas de desinformação.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)**, referindo que o processo de descontaminação está longe de estar concluído sendo que a última reunião bilateral demonstra isso mesmo, havendo eco nas entidades regionais de que nada tem sido feito nos últimos dois anos, esperando-se um plano temporal e de meios financeiros disponíveis. Este processo revela passividade e incompetência revelando desconhecimento das atividades do governo regional pelo governo central e não existindo verbas específicas no OE para a descontaminação. Referiu uma notícia daquele dia que revela existir um estudo que liga a existência de cancro à contaminação.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Existe uma situação em que a continuidade da atividade militar pode gerar um impacto na população mas o Senhor Deputado pretende fazer disto um pretexto para a luta política, sendo que, é incapaz de desmentir aquilo que foi dito por ele, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Pediu, nessa medida, que lhe faça chegar o

estudo referido, porque o desconhece. Tudo o resto serve apenas para prejudicar a imagem do arquipélago dos Açores.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para referir que este é um problema nacional. A atividade militar dos EUA na Ilha Terceira tem impactos ambientais e potencialmente de saúde tendo aqueles fundos disponíveis para repor a situação, devendo estes ser mobilizados. O problema reside no facto de os EUA assumirem essa responsabilidade, o que falta dizer é que o Governo já conseguiu que os EUA tenham disponibilizado um bolo financeiro para reparar os danos ambientais, existindo avanços da admissão dos EUA de que é necessário fazer uma reavaliação. Nessa medida, questionou sobre a existência de um calendário para o fim do estudo e disponibilidade do Governo para receber as conclusões do estudo da Universidade dos Açores.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. O estudo não tem um calendário definido a Universidade possui autonomia, sendo o pedido do Governo o de que havendo resultados preliminares ou intermédios que os mesmos lhe sejam comunicados. Os EUA admitem que existem sítios onde houve contaminação e outros onde há risco de ter havido contaminação. O coronel responsável pela base assumiu a responsabilidade dos EUA o que demonstra que não há passividade por parte das autoridades portuguesas, existindo 14 locais que precisam de uma reanálise. Referiu por fim que, sendo criado alarido há volta desta questão, tal dificulta a resolução dos problemas.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**, dizendo que a existir um problema de saúde pública é necessário apurar responsabilidades e pôr fim ao alarmismo procedendo ao esclarecimento cabal das populações sobre esta matéria. Este assunto não é somente de âmbito regional mas sim de âmbito nacional, não aceitando o seu Grupo Parlamentar a separação de tratamento deste problema entre o governo anterior e este porque não houve. Questionou sobre se existem conclusões sobre os usos alternativos a dar às infraestruturas e referiu serem entusiastas da criação do *Air Centre*. Questionou também se haverá uma calendarização e quais os termos em que Portugal vai participar no CESA e quais os países terceiros que vão participar, porque tal foi anunciado pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder e saudar a recolocação da questão no âmbito em que deve ser colocada. Referiu não existir um risco para a qualidade da água. Referiu que será feita a reverificação de alguns sítios identificados, devendo esta ser feita por Portugal, tal como aconteceu com o incidente com o oleoduto do Cabrito. Sobre os usos alternativos, referiu novamente que o Governo Regional sinalizou o complexo escolar e habitacional. Sobre o CESA referiu que o diploma será aprovado em breve pelo CM. Referiu também que o representante norte-americano na conferência bilateral vê com agrado a participação de Portugal, de Cabo Verde e Moçambique, os quais não pertencem à NATO mas vão participar para fins civis. Os Açores têm também o objetivo de participar no CESA para assegurar um corredor de segurança no atlântico norte.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Filipe (PCP)**, para referir que têm havido decisões de unilateralidade por parte dos EUA, sendo entendimento do seu Grupo Parlamentar, que estas decisões devem ser objeto de concertação entre Portugal e os EUA. Foram colocadas perguntas importantes sendo fundamental uma posição de firmeza por parte de Portugal, sobretudo no aspeto ambiental. Todo o vasto património imobiliário excedentário da Base das Lajes, nomeadamente as habitações que têm excelentes condições e estão devolutas, deve ser aproveitado devendo ser tomada uma ação concertada e rápida sendo uma preocupação de seu Grupo Parlamentar que seja encontrada uma solução para este problema.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. A prioridade número 1 para o Governo são as condições de saúde pública, existindo, neste momento, uma campanha económica em curso contra a Ilha Terceira que usa a Base das Lajes como pretexto. Esta questão tem de ser tratada com rigor para evitar alarmismos. Quanto às infraestruturas, está de acordo com o Senhor Deputado de que existindo agora acordo para a transferência de infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional para o Governo Regional o qual deverá ser utilizado para a instalação de um *hub* tecnológico. A continuidade da cooperação dos EUA com Portugal é importante devendo ser dada resposta a contaminação, sendo que o Governo tem a responsabilidade de minimizar o impacto sobre população e encontrar usos alternativos para a Base das Lajes.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhores(as) Deputados(as): **Lara Martinho (PS)** para referir que o Senhor **Ministro** pautou a sua intervenção pelo rigor e seriedade, em contraste com a falta de rigor da oposição. Referiu ainda que não era verdade que o seu Grupo Parlamentar nada fez sobre este assunto, mas que havia uma linha que não pode ser ultrapassada: a do alarmismo irresponsável que fomenta notícias falsas não confirmadas por nenhum estudo. Lamentou o facilitismo, superficialidade e a falta de rigor do Deputado António Ventura (PSD) que alimentou esta situação. Frisou, mais uma vez, que a contaminação na Ilha é muito localizada, razão pela qual a propagação de notícias falsas e alarmantes penalizam duplamente, prejudicando, simultaneamente, o sector do turismo e o sector agrícola, que são fundamentais para a economia da Ilha Terceira.

Terminadas a intervenção da **Senhora Deputada**, tomou a palavra o **Senhor Ministro**, para referir que assiste razão à **Senhora Deputada** naquilo que referiu, acrescentando que o assunto em debate tinha uma dimensão ainda mais alargada, tocando questões de geopolítica e geoestratégia, constituindo também um processo sistemático de desinformação de que Portugal e a sua relação com a aliança atlântica estão a ser alvo, mostrando-se o **Senhor Ministro** disponível para vir à Comissão trazer mais esclarecimentos sobre este ponto. Nessa medida, reafirmou não ter conhecimento de nenhum elemento, com origem em fonte credível, que permita afirmar existir um problema de saúde pública, sendo a contaminação por hidrocarbonetos muito localizada e apenas resultante de uma infiltração de gasolina provocada por 60 anos de utilização. Dessa forma, reafirmou também que o alarmismo gerado pelos meios de comunicação é inusitado, tendo eco em declarações proferidas por pessoas com responsabilidades públicas, o tem prejudicado gravemente a Ilha Terceira e a posição negocial do Governo português face às autoridades norte-americanas.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra aos Senhores Deputados: **José Cesário (PSD)** para apresentar o protesto do seu Grupo Parlamentar e apelar a que seja mantido o sentido de estado, uma vez que aquele apenas está a exercer o seu direito de chamar a atenção para os problemas; por fim, **Paulo Pisco (PS)** para defender a honra do seu Grupo Parlamentar e protestar, de forma veemente, contra as palavras proferidas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Por fim, tomou a palavra Senhor **Presidente da Mesa** para lembrar que o debate havido

na segunda parte desta reunião teve por fito esclarecer os cidadãos e combater o alarmismo gerado, sendo este um problema de âmbito nacional e não apenas regional.

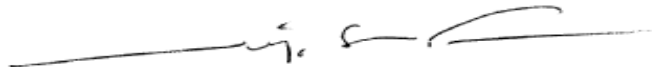
Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi dada por finda a ordem do dia.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#) e [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 14 horas e 30 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2018,

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Ana Passos  
Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Filipe Lobo D' Ávila  
Isabel Santos  
Joana Lima  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Maria Manuel Rola  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
António Ventura  
Berta Cabral  
Carla Sousa  
Maria Augusta Santos

Faltaram os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Gabriela Canavilhas  
Ricardo Baptista Leite

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 17 de abril de 2018.**